

# Relatores 'progressistas' do PMDB podem ser afastados

## Tribunal Constitucional causou uma enorme reação, diz Plínio

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), relator da Subcomissão do Poder Judiciário do Congresso constituinte, disse que houve uma "enorme reação" à sua proposta de um Tribunal Constitucional e que por isso preferiu recuar. Mas o parecer de Arruda Sampaio foi, na essência, aprovado, na última segunda-feira, pela maioria "centro-liberal" da subcomissão (como o próprio deputado a definiu). "Houve avanços importantes", disse Sampaio, na terça-feira passada, em entrevista exclusiva ao repórter Alexandre Polesi, enviado especial a Brasília.

Embora seja o esquerdista mais bem colocado na distribuição de cargos e poderes do Congresso constituinte (é o único relator do PT e dos partidos de esquerda), Plínio de Arruda Sampaio conseguiu apoio de sua subcomissão porque soube ser flexível nos momentos certos. Por exemplo, quando sua proposta de um Tribunal Constitucional encontrou resistência, ele não teve dúvidas em mudá-la. Para ele, não basta defender posições, "mas viabilizá-las politicamente" em vez de "jogar para a platéia".

Essa flexibilidade faz parte do estilo de Plínio, hoje o principal líder da corrente "moderada" ou "light" do PT. Esse estilo é o mesmo que permite a ele apresentar teses repletas de boas intenções mas de incerta viabilidade. É o caso de sua proposta de árbitros e conciliadores escolhidos diretamente pela população para ajudar a Justiça. Ele deu essa entrevista exclusiva à Folha às 15h30 da última terça-feira, em seu gabinete na Câmara dos Deputados.

Folha — Ao contrário de outras subcomissões, em que houve um predomínio conservador na votação dos relatórios, o seu parecer, na essência, foi aprovado. Por quê?

Plínio Sampaio — A Justiça é apenas um instrumento para realização de direitos. Os avanços maiores ou menores estão nas comissões ou discutem a substância — o Direito. Talvez isso explique o fato de na minha subcomissão não ter havido uma resistência tão grande a modificações. Na nossa subcomissão houve avanços importantes. Aprovamos plena autonomia para o Judiciário preparar seu orçamento e enviá-lo ao Legislativo.

Folha — Como se fará isso?  
Plínio — O Tribunal preparará seu orçamento, a estatística dos litígios e das cadeias. As justiças federais encaminharão os orçamentos ao Congresso; as estaduais, às Assembleias Legislativas. E para fazer essa Justiça mais rápida e acessível obrigamos também os Estados a criar, nas cidades grandes, Juizados Especiais — nos bairros, nos distritos, na zona leste, sul etc. Estes juizados julgarão causas de menor complexidade, independentemente de seu valor. Por exemplo, uma batida de automóvel, um liquidificador comprado com defeito, casos de vandalismo etc.

Folha — Como se fará essa Justiça?  
Plínio — Será feita nos distritos por processos orais, sumaríssimos e com grande participação popular. Por exemplo, sindicatos, sociedades de bairros poderão fornecer conciliadores e árbitros. O juiz dos Juizados



Deputado Plínio de Arruda Sampaio

Especiais será um juiz togado, que fará concurso e será designado para aquele Juizado. Mas contará com conciliadores, árbitros e até jurados escolhidos pela população.

Folha — Como a Justiça ficará independente do Executivo?

Plínio — Além de o Judiciário poder remeter seu orçamento diretamente ao Legislativo, propomos também que o chefe do Ministério Público não seja nomeado pelo presidente ou governador, mas seja eleito pelos seus colegas de carreira. E ele também responderá perante o Legislativo. E esse Ministério Público terá ainda um forte poder de correção da polícia. Terá que ser comunicado sobre qualquer inquérito que seja aberto pela polícia. Finalmente, o Ministério Público será um "defensor do povo" nas causas cíveis. Por exemplo, se uma fábrica polui um bairro ou vende um automóvel com defeito de fabricação, o procedimento, hoje, é uma ação popular ou uma ação própria da pessoa prejudicada. Agora não: o Ministério Público encampará a reivindicação da coletividade e acionará a fábrica.

Folha — Por que os juizes classistas não foram extintos?  
Plínio — Apresentei uma proposta neste sentido e perdi. Acho que um juiz não pode ser parte. A existência de um juiz do lado dos trabalhadores e outro do lado dos patrões, francamente, acho que é o reino do Gabriel García Márquez. Mas consegui uma vitória parcial: esses juizes serão eleitos pelos seus sindicatos.

Folha — Um dos pontos mais polêmicos de seu projeto foi a criação do Tribunal Constitucional, não aprovado. Qual foi a solução que prevaleceu?

Plínio — Senti que havia uma reação enorme ao Tribunal Constitucional. Acho que, nesta Constituinte, é importante colocarmos nossas posições mas viabilizá-las politicamente. Essa é a atitude politicamente madura, de quem não quer jogar para a platéia, mas fazer o país avançar. Prevaleceu então a idéia de o Supremo Tribunal Federal ter uma sessão constitucional e outra sessão para julgar a competência da lei federal normal.

Folha — Como se fará isso?

Plínio — A turma constitucional do Supremo será composta por quatro elementos indicados pelo Executivo, quatro pelo Legislativo e quatro indicados pelo próprio tribunal. De um total de dezenove juizes, em casos concretos, os juizes vitalícios tratarão de leis federais e os outros doze de temas constitucionais.

Da Sucursal de Brasília

Três dos chamados relatores "progressistas" do PMDB estão ameaçados hoje de destituição do cargo: Osvaldo Lima Filho (PE), da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária; Virgildásio de Senna (BA), da Subcomissão de Intervenção do Estado e Atividades Econômicas; e Fernando Gasparian (SP), da Subcomissão do Sistema Financeiro. O pedido de afastamento foi feito pelo "conservador" líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ). O assunto foi remetido pelo presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, à Comissão de Organização dos Poderes, que decidirá o destino dos relatores numa reunião, hoje.



A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que havia sido destituída do cargo de relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação pelo próprio presidente do



Egydio Ferreira Lima (centro, de óculos) fala na Organização dos Poderes

órgão, deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ), foi reconduzida ao posto ontem, por decisão da mesa do Congresso constituinte. Ao fundamentar a decisão de manter Cristina

Tavares na relatoria, o senador Mauro Benevides, primeiro vice-presidente da Constituinte, que leu um relatório em plenário, abriu uma brecha para que outros relatores

fossem "derrubados", como quer Amaral Netto: "O regimento interno da Câmara dos Deputados admite a substituição do relator quando o seu voto não é acolhido pela comissão", anota o senador em seu parecer.

Se observarem o que está escrito no parecer de Benevides, os integrantes da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo vai destituir pelo menos um dos relatores de subcomissões: Osvaldo Lima Filho, que, na Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, não conseguiu sequer que o seu relatório fosse votado. Acabou sendo aprovado um substitutivo alternativo ao seu, de autoria do deputado Rosa Prata (PMDB-MG), integrante do grupo "centro democrático". Também Virgildásio de Senna estaria em situação delicada. Seu relatório foi completamente reformulado. Os artigos foram substituídos um a um.

Se forem destituídos, hipótese que era dada ontem como pouco provável, os relatores das subcomissões perderão o direito de participar da Comissão de Sistematização, que se incumbirá de dar o texto final à nova Constituição.

## Esquerda articula mudança na decisão

Da Sucursal de Brasília

Os parlamentares de esquerda da Subcomissão de Princípios Gerais iniciaram ontem uma articulação para que o texto aprovado pela subcomissão não obtenha o referendo da Comissão da Ordem Econômica, onde será examinado. É que o anteprojeto apresentado pelo relator da subcomissão, Virgildásio de Senna (PMDB-BA), acabou sendo derrotado em confronto com as teses defendidas pela centro-direita. Ontem, o texto foi chamado de "entreguista", "imoral" e "antinacional" pelos parlamentares de esquerda.

Graças a uma manobra efetuada pelo senador Roberto Campos (PDS-MT) e pelos deputados Delfim Netto (PDS-SP) e Afif Domingos (PL-SP), o bloco de centro-direita conseguiu expurgar do anteprojeto original todas as propostas que indicavam tendências estatizantes e contra o capital estrangeiro. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) disse que a Comissão da Ordem Econômica terá que rever o ponto que define a empresa nacional como aquela simplesmente sediada em território nacional.

## Congresso terá que aprovar concessões

Da Redação da Folha

O texto aprovado pela Subcomissão da Ciência e Tecnologia e Comunicação do Congresso constituinte mantém com o governo federal o direito de distribuir concessões para funcionamento de emissoras de rádio e TV. Essas concessões, no entanto, necessariamente serão feitas "ad referendum" do Congresso Nacional. Atualmente, segundo a legislação em vigor, o Executivo federal tem o poder de distribuir as concessões de canais de TV e emissoras de rádio sem qualquer consulta ao Legislativo.

Os parlamentares da subcomissão não aprovaram a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, que seria representativo da sociedade e definiria a política de comunicação do governo. Esta era a proposta mais polêmica do relatório da deputada Cristina Tavares (PMDB-CE) e a que recebeu maior oposição do bloco "conservador" da subcomissão. Outra proposta defendida pelos "progressistas", a criação de conselhos editoriais em empresas jornalísticas, onde donos e empregados discutiriam a linha editorial dos veículos.